

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UASG 983847 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática, incluindo fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas decorativas alusivas às festividades de São João e Natal, a serem realizadas em vias públicas, praças, prédios institucionais e demais espaços definidos pela Administração Municipal de Salinas da Margarida, através do Sistema de Registro de Preços.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 642.632,19 (seiscentos e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e dezanove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo de Itens

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
13. DOS RECURSOS	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 (Processo Administrativo nº 124/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal Salinas da Margarida, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC), sediada na Praça Tenente Albuquerque, Cidade Salinas da Margarida, CEP 44.450-000, através do Agente de Contratação a Sra. Aline Neves Cerqueira – Matrícula nº 10.245, publicada no Diário Oficial do Município no **Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 publicada no Diário Oficial do Município no dia 05 de janeiro de 2026**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), no **Portaria nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros)** e no Decreto Municipal nº 658, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática, incluindo fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas decorativas alusivas às festividades de São João e Natal, a serem realizadas em vias públicas, praças, prédios institucionais e demais espaços definidos pela Administração Municipal de Salinas da Margarida, através do Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **grupos**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2.1 Relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 Relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o Grupo de Itens 02, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação **não será de caráter sigiloso**.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 e 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 quantidade cotada;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% do valor global do item/grudo**, conforme o caso.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão**, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 **Tratando-se de licitação em grupo**, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas (em caso de pregão)**, envie a proposta adequada ao último lance

ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. **Em contratação de obras e serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 8.11.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.13.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.13.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail (licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br). Somente será admitida a entrega de documento por e-mail desde que autorizada pelo agente de contratação responsável pelo processo licitatório.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Caso na presente contratação a avaliação prévia do local de execução seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado (conforme informação constante no Termo de Referência/Projeto Básico), o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado (conforme informação constante no Termo de Referência/Projeto Básico), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **3 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três) dias**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três) dias** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos durante o período dos recursos ou a qualquer tempo solicitar as peças através do e-mail licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br ou pela Plataforma eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Sistema Eletrônico Compras Governamentais e e-mail da Coordenadoria de Licitações e Contratos (licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (www.salinasdamargarida.ba.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4 Anexo IV – Declarações exigidas e Modelo de Proposta de Preço;

16.11.5 Anexo V – Modelo de Declarações;

16.11.6 Anexo VI- Mapa de Risco.

Salinas da Margarida/BA, Salinas da Margarida, 29 de abril de 2026.

SAMANTA SOUZA DE JESUS

Presidente da Comissão de Planejamento

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Termo de Referência 64/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
64/2026	983847-PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA PATRICIA TEIXEIRA OLIVEIRA	28/04/2026 16:51 (v 0.11)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		124/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 124/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática, incluindo fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas decorativas alusivas às festividades de São João e Natal, a serem realizadas em vias públicas, praças, prédios institucionais e demais espaços definidos pela Administração Municipal de Salinas da Margarida nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

GRUPO ITENS 01 - ORNAMENTAÇÃO JUNINA						
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	17485	DECORAÇÃO DE AMBIENTE Informações Complementares: Anexo I – PLANILHA DESCRITIVA, contendo a descrição, a forma de apresentação e a quantidade de cada peça que compõem esse item.	VD	1	R\$ 329.408,53	R\$ 329.408,53
Incluem-se neste grupo os Itens abaixo relacionados:						

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	17485	BANDEIROLAS PLÁSTICAS - DECORAÇÃO COM BANDEIROLAS ESPAÇADAS COM 3 UNIDADES DE 25 CM EM CADA METRO, NAS CORES VERDE, AMARELA, AZUL, BRANCA, R O S A E V E R M E L H O , GRAMPEADAS EM FITILHOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA, INSTALADAS EM POSTES DE AÇO CARBONO NOS ESPAÇOS INDICADOS PELA CONTRATANTE EM TODA A EXTENSÃO DO CIRCUITO."	KG	2.700	R\$ 53,20	R\$ 143.640,00
2	17485	CABO DE AÇO GALVANIZADO 6MM 1/4	M	2.200	R\$ 12,29	R\$ 27.038,00
3	17485	TECIDO CHITA ESTAMPADO FLORAL, COMPOSIÇÃO EM 100% POLIÉSTER, COM NO MÍNIMO 1,40 DE LARGURA	M	300	R\$ 18,05	R\$ 5.415,00
4	17485	LOCAÇÃO DE POSTES EM AÇO CARBONO PARA SUSTENTAÇÃO DE B A N D E I R O L A S C O M ALTURA COMPATÍVEL COM O TRAFEGO DE VEÍCULOS (CARRETA) E SUA POSTERIOR RETIRADA APÓS A FESTA – ALTURA DO POSTE: MÍNIMO DE 6 METROS, COM DIÂMENTRO DE 12 A 14CM. COM PINTURA ATE 2 METROS DE ALTURA NA COR AMARELA PARA DEVIDA SINALIZAÇÃO DE VEICULOS, COM CHUMBADOR.	UND	150	R\$ 467,00	R\$ 70.050,00
		LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE EM MADEIRA DECORADA, COM 12 METROS DE COMPRIMENTO E 6 METROS DE ALTURA. PARA				

5	17485	A ENTRADA DA CIDADE OS DEMAIS PORTAIS DEVIDAMENTE PINTADOS E DECORADOS COM LONAS IMPRESSAS COM ARTE DO EVENTO DEFINIDA PELA ORGANIZAÇÃO CONFORME MODELO QUE SERÁ FORNECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO COM NO MÍNIMO 03 REFLETORES DE LED PARA ILUMINAÇÃO DO PORTAL NO PERÍODO NOTURNO. MONTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DA EMPRESA VENCEDORA.	UND	4	R\$ 5.566,67	R\$ 22.266,68
6	17485	ARTIGOS DE DECORAÇÃO PARA FESTA JUNINA LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS COM TEMAS DAS FESTAS JUNINAS COM NO MÍNIMO 1,0 METRO DE ALTURA X 0,50 CM DE LARGURA	UND	350	R\$ 66,75	R\$ 23.362,50
7	17485	TRIO PÉ DE SERRA. ESPECIFICAÇÃO: CONFECCIONADOS EM ESTRUTURA DE FIBRA VIDRO COM INSTRUMENTOS JUNINOS: TRIÂNGULO, ZABUMBA, SANFONA, MEDINDO 2,40 DE ALTURA	UND	1	R\$ 9.354,71	R\$ 9.354,71
8	17485	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO E ESTRUTURA	VD	1	R\$ 18.601,19	R\$ 18.601,19
9	17485	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 6,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017	M³	4,5	R\$ 1.763,36	R\$ 7.935,12

10	17485	LOCACAO E INSTALACAO: FOGUEIRA DECORACAO JUNINA EM MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO 20 A 22 DIÂMETRO, MEDIDAS DE 200 CM DE ALTURA, 200 CM DE LARGURA E 200 CM DE COMPRIMENTO.	UND	1	R\$ 1.745,33	R\$ 1.745,33
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 329.408,53

GRUPO DE ITENS 02 - LOCAÇÃO DE VEICULOS - EXCLUSIVAMENTE MICRO/EPP

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	25089	Locação de Veículos - Leves / Pesados / Com Motorista	Diária	03	R \$ 18.040,04	R\$ 54.120,12

Incluem-se neste grupo os Itens abaixo relacionados:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	25089	CAVALO MECANICO PRANCHA – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA A "PRANCHÃO - CARRETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,20M DE LARGURA, 10M DE COMPRIMENTO, 3,50CM DE ALTURA, COM 4 ORELHAS (SEND0 02 (DUAS) NA DIANTEIRA E 02 (DUAS) ORELHAS NA TRASEIRA). GERADOR DE MÍNIMO 80KVA, O PRANCHÃO DEVERÁ SER TODO ILUMINADO NA ÁREA EXTERNA, COM SONORIZAÇÃO COM 18 GRAVES NA FRENTE, 18 GRAVES DA TRASEIRA, 8 GRAVES NA LATERAL ESQUERDA, 8 GRAVES NA LATERAL DIREITA, TODAS AS CAIXAS PROTEGIDAS COM TELAS A PROVA DE ÁGUA. PALCO COBERTO EM LONA ANTICHAMAS, 01 MESA DE 12 CANAIS 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM, 16 PAR LED, 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO, CARRETA RECREATIVA (FANTASIA) REVESTIDA COM ACM	DIARIA	2	R \$ 18.040,04	R\$ 36.080,08

		VERMELHO. COM DECORAÇÃO JUNINA.				
2	25089	CAVALO MECANICO PRANCHA – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA A "PRANCHÃO - CARRETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,20M DE LARGURA, 10M DE COMPRIMENTO, 3,50CM DE ALTURA, COM 4 ORELHAS (SEND0 02 (DUAS) NA DIANTEIRA E 02 (DUAS) ORELHAS NA TRASEIRA). GERADOR DE MÍNIMO 80KVA, O PRANCHÃO DEVERÁ SER TODO ILUMINADO NA ÁREA EXTERNA, COM SONORIZAÇÃO COM 18 GRAVES NA FRENTE, 18 GRAVES DA TRASEIRA, 8 GRAVES NA LATERAL ESQUERDA, 8 GRAVES NA LATERAL DIREITA, TODAS AS CAIXAS PROTEGIDAS COM TELAS A PROVA DE ÁGUA. PALCO COBERTO EM LONA ANTICHAMAS, 01 MESA DE 12 CANAIS 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM, 16 PAR LED, 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO, CARRETA RECREATIVA (FANTASIA) REVESTIDA COM ACM VERMELHO. COM DECORAÇÃO NATALINA.	DIARIA	1	R \$ 18.040,04	R\$ 18.040,04
VALOR TOTAL ESTIMADO:			R\$	54.120,12		

GRUPO ITENS 03 - ORNAMENTAÇÃO NATALINA						
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	17485	DECORAÇÃO DE AMBIENTE Informações Complementares: Anexo I – PLANILHA DESCRITIVA, contendo a descrição, a forma de apresentação e a quantidade de cada peça que compõem esse item.	VD	1	R \$ 259.103,54	R\$ 259.103,54
Incluem-se neste grupo os Itens abaixo relacionados:						
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD		VALOR TOTAL

					VALOR UNITARIO	
1	17485	LOCAÇÃO DE PRESÉPIO EM FIBRA DE VIDRO - LOCAÇÃO DE PRESÉPIO CONTENDO: SAGRADA FAMÍLIA, COMPOSTA POR JOSÉ (MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,65M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 1,00M DE PROFUNDIDADE), JESUS (MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,40M DE ALTURA X 0,65M DE LARGURA X 0,86M DE PROFUNDIDADE) E MARIA (MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,28M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 0,90M DE PROFUNDIDADE), TODOS PRODUZIDOS EM FIBRA DE VIDRO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO E VERNIZ AUTOMOTIVO, PASTOR, TRIDIMENSIONAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,60M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 0,80M DE PROFUNDIDADE, PRODUZIDO EM FIBRA DE VIDRO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO E VERNIZ AUTOMOTIVO, ANJO (ALTURA 2,00M X 2,45M LARGURA X 0,30M PROFUNDIDADE) ESCULTURA EM FORMA DE ANJO, COM SEU BRAÇO CRUZADO NO PEITO, PRODUZIDO EM FIBRA DE VIDRO E REVESTIDA POR PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO, TRIO DE REIS MAGOS TRIDIMENSIONAIS, COMPOSTO POR REI BALTAZAR (MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,60M DE ALTURA X 0,70M DE LARGURA. CONTORNADAS COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM, TENSÃO 220 VOLTS E ILUMINADO COM ILUMINAÇÃO CÊNICA	UND	10	R\$ 717,86	R\$ 7.178,60
2	17485	TRENÓ ESCULTURA EM FORMA DE TRENÓ (ALTURA 1,47M X LARGURA 1,25M X COMPRIMENTO 3,45M), A PEÇA TEM FORMATO ALUSIVO À UM TRENÓ NATALINO,	UND	2	R \$ 8.673,54	R\$ 17.347,08

		SUA BASE É TODA ADORNADA COM ARABESCOS EM ALTO RELEVO, NAS LATERAIS TEM CHIFRES DE RENA ENTALHADOS TAMBÉM EM ALTO RELEVO E NO SEU INTERIOR HÁ UM ASSENTO ONDE AS PESSOAS PODEM SE SENTAR PARA TIRAR FOTOS. DEVIDAMENTE DECORADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM, TENSÃO 220 VOLTS				
3	17485	CASA DO PAPAI NOEL DE MADEIRA. CASA FABRICADA EM MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE 300X320X335CM COM PINTURA ALUSIVA AO NATAL NAS CORES VERMELHA, VERDE E BRANCA, COM ILUMINAÇÃO INTERNA, TELHADO BRANCO, COM CHAMINÉ, 02 JANELAS E 01 PORTA COM VARANDINHA. DECORADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10 MM COM TENSÃO 220 VOLTS E MICRO LÂMPADAS DE LEDS, CONTENDO 01 POLTRONA DO PAPAI NOEL. MEDIDAS MÍNIMAS.	M	2	R \$ 15.327,33	R\$ 30.654,66
4	17485	PAPAI NOEL NA POSIÇÃO EM PÉ, MEDINDO NO MÍNIMO 2,00M DE ALTURA, PRODUZIDO ISOPOR E FIBRA DE VIDRO, PINTADO REVESTIDO COM APLICAÇÃO DE TECIDOS, PELÚCIAS E ASTRACÃ, NAS CORES TRADICIONAIS DO NATAL, COM BARBA APLICADA DE PELÚCIA.	UND	10	R \$ 2.791,75	R\$ 27.917,50
5	17485	ENFEITE, TIPO PISCA PISCA NATALINO, MODELO COMETA METEORO, PEÇA DE POSTE EM FIGURA VERTICAL ARAMADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20M X 1,20M, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, DE TUBOS METALON 20MMX20MM, DE FERROS CHATOS E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO BASE ÁGUA, CONTORNADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM TENSÃO 220 VOLTS E REVESTIDA COM MICRO	UND	40	R\$ 45,21	R\$ 1.808,40

		LÂMPADAS DE LEDS FIXADA COM ABRAÇADEIRA NYLON TIPO T18R E FIXADA EM POSTE COM ABRAÇADEIRAS T 150L.				
6	17485	ENFEITE, TIPO PISCA PISCA NATALINO, MODELO ESTRELA PEÇA DE POSTE EM FIGURA VERTICAL ARAMADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20M X 1,20 M, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, DE TUBOS METALON 20MMX20MM, DE FERROS CHATOS E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO BASE ÁGUA, CONTORNADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM TENSÃO 220 VOLTS E REVESTIDA COM MICRO LÂMPADAS DE LEDS FIXADA COM ABRAÇADEIRA NYLON TIPO T18R E FIXADA EM POSTE COM ABRAÇADEIRAS T 150L.	UND	40	R\$ 38,58	R\$ 1.543,20
7	17485	ENFEITE, TIPO PISCA PISCA NATALINO, MODELO ANJO COM CORNETA PEÇA DE POSTE EM FIGURA VERTICAL ARAMADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20M X 1,20M, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, DE TUBOS METALON 20MMX20MM, DE FERROS CHATOS E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO BASE ÁGUA, CONTORNADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM TENSÃO 220 VOLTS E REVESTIDA COM MICRO LÂMPADAS DE LEDS FIXADA COM ABRAÇADEIRA NYLON TIPO T18R E FIXADA EM POSTE COM ABRAÇADEIRAS T 150L.	UND	30	R\$ 38,84	R\$ 1.165,20
8	17485	BOAS FESTAS E FELIZ NATAL - 3D CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA ESCRITA EM CAIXA ALTA 3D EM FORMATO DE LETREIRO UM BOAS FESTAS E UM FELIZ NATAL COM APROXIMADAMENTE 1 50 MTS ALTURA X 5 00 MTS DE CUMPRIMENTO CONTORNOS	UND	2	R \$ 13.012,24	R\$ 26.024,48

		COM ILUMINAÇÃO EM MANGUEIRA DE LED 12MM ESPESSURA PVC FLEXÍVEL TRANSPARENTE VOLTAGEM 220VPOTENCIA DE 2 8 WATTS POR METRO 24LED METROS SENDO QUE A CADA 5 LÂMPADA FIXA NA CORWARN 1 LÂMPADA PISCA NA COR BRANCA ENTRE 6000K E 6500K .				
9	17485	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE PORTAL LUXO COM UM LETREIRO 2026 (3,10M DE LARGURA X 0,50M DE PROFUNDIDADE X 4,00M DE ALTURA), LUMINOSO EM FORMA DE CAIXA DE PRESENTE COM ABERTURA PARA ENTRADA DE PEDESTRE, PRODUZIDO EM ESTRUTURA METÁLICA, EM TUBOS DE METALON 20X20 E 15X15 PAR 15, FERRO CHATO1/2 X 1/8, REFORÇO EM FERRO REDONDO LISO 1/4 E 3/16. TODO CONTO RNO RECEBE ARAME 4,2 MMPARA FIXAÇÃO DOS CORDÕES DE LED, PINTURA AUTOMOTIVA NA COR BRANCA. CONTO RNO COM MANGUEIRA DE 36 LEDS POR METRO 13MM NA COR BRANCO FRIO. REVESTIMENTO INTERNO COM CORDÕES DE 100 LED FIOS DE 1,8 MM, NO MÍNIMO 100 LEDS POR CORDÃO, OS LEDS DEVERÃO CONTER ESTROBINHOS ESPAÇAMENTO ENTRE OS CORDÕES DE LED UTILIZADOS NA ORNAMENTAÇÃO DO ENFEITE NÃO DEVE SER SUPERIOR A 4CM. O LAÇO DEVERÁ SER PREENCHIDO COM CORDÃO DE LED COM ESTROBINHO NA COR VERMELHO. TODA INSTALAÇÃO ELÉTRICA DEVE SER REALIZADA DE ACORDO COM A NBR 5410, UTILIZANDO CABO PP EMBUTIDO ATÉ PONTO DE ALIMENTAÇÃO NA REDE	UND	1	R \$ 19.957,07	R\$ 19.957,07
10	17485	CORDÃO (PISCAS) DE MICRO LÂMPADAS FIXA, FIO VERDE, COM 500LEDS, 8 FUNÇÕES DE LED,	UND	300	R\$ 65,89	R\$ 19.767,00

		LUZ COLORIDA, VOLTAGEM DE 127V OU 220V , POTÊNCIA DE 2.3 W, COMPRIMENTO DE 9,5 METROS E CONECTORMACHO. O PRODUTO É RESISTENTE À ÁGUA				
11	17485	BENGALA PARA PENDURAR ENFEITE APLICAÇÃO: ARTESANATO, COR: CREME, MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: 8, TIPO: PÉROLA BENGALAPARA PENDURAR, ENFEITE NATALINO, MEDIDA MINIMA DE 40 CM, COM LISTRASCLÁSSICAS EM VERMELHO E BRANCO.	UND	100	R\$ 50,24	R\$ 5.024,00
12	17485	BENGALAS PEQUINAS “ENFEITE NATALINO”– FABRICADAS EM FIBRA DE VIDRO SIMULANDO UMA BENGALA DE PAPAI NOEL. MEDINDO 2M ALTURA	UND	10	R\$ 313,63	R\$ 3.136,30
13	17485	ÁRVORE DE NATAL LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE FESTÃO VERDE ARAMADO, BOLAS, PISCA PISCA E ENFEITES, MEDINDO 270 CM DE COMPRIMENTO E 30 CM DE LARGURA, COMPOSTO POR PLÁSTICO E METAL.	UND	25	R\$ 124,67	R\$ 3.116,75
14	17485	ARVORE DE NATAL : SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ENFEITES NATALINOS DO TIPO ARVORE DE NATAL COM ESTRUTURAPRINCIPAL FEITA DE TUBOS METÁLICOS COM 06 METROS DE ALTURA, COMESTRELA TRIDIMENSIONAL COM 02 METROS DE ALTURA, TOTALIZANDO 08METROS DE ALTURA; ESTRUTURA EXTERNA FEITA COM TUBOSMETÁLICOS, COM FIXAÇÃO DE ADEREÇOS COM DESENHOS VARIADOS, COMO ARABESCOS E FIGURAS NATALINAS CONTORNADAS PORMANGUEIRAS E CORDÕES DE LED EM TODO SEU ENTORNO; INCLUSOINSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS, INSTALAÇÃO ELÉTRICAATÉ O PONTO DE ENERGIA INDICADO PELO CONTRATANTE,	UND	2	R \$ 14.423,80	R\$ 28.847,60

		FUNCIONAMENTO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE TODO O EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS.				
15	17485	MANGUEIRA LED LUMINOSA 13MM COM 36 LEDS/M 220V - ROLO DE 100 METROS. CORDA /MANGUEIRA LUMINOSA EM LEDS, 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO. LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA: 4,8 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS. TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO COM 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE ALIMENTAÇÃO, 5 EMENDAS (CONECTORES DE INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. IP-44. (BRANCO QUENTE /BRANCO FRIO /AZUL/VERDE/ VERMELHO)	UNDA DE ROLO DE COM 100 M	40	R\$ 812,81	R\$ 32.512,40
16	17485	LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE DECORAÇÃO NATALINA EM FORMA TÚNEL DE LED, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5,00X2,5MT, CONFECCIONADO COM ARCOS DE FERRO REVESTIDOS COM MANGUEIRA NEON (COR A DEFINIR)	UNDA	1	R \$ 14.045,48	R\$ 14.045,48
17	17485	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DECORATIVA ILUMINADA - TREM NATALINO COM 2 VAGÕES, APROXIMADAMENTE 1,10M DE ALTURA X 3,15M DE LARGURA. COMPREENDE: ESTRUTURA DECORATIVA EM FORMATO DE TREM NATALINO COMPOSTO POR 3 PEÇAS (LOCOMOTIVA + 2 VAGÕES), COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,10M (ALTURA) X 3,15M (LARGURA TOTAL); FABRICAÇÃO EM MATERIAL PLÁSTICO DE USO EXTERNO (EX.: POLIPROPILENO ALVEOLAR OU EQUIVALENTE), ESPESSURA MÍNIMA DE 8MM, COR BRANCA, COM ARTE COLORIDA APLICADA CONFORME O DESENHO; ESTRUTURA FECHADA (CONTORNADA) EM AMBAS AS	UNDA	2	R \$ 9.528,91	R\$ 19.057,82

	FACES, COM ILUMINAÇÃO E ARTEREPRODUZIDAS NA FRENTE E NO VERSO; ESTRUTURA METÁLICA INTERNAPARA SUSTENTAÇÃO E FIXAÇÃO AO SOLO, ADEQUADA PARA USO EMAMBIENTES EXTERNOS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO POR, NOMÍNIMO, 1.750 PIXELS DIGITAIS DE LED, TENSÃO 5V, DIÂMETRO APROXIMADO DE 12MM, PROTEÇÃO IP68, CORES RGB, CONTROLADOSINDIVIDUALMENTE (ENDEREÇÁVEIS), DISTRIBUÍDOS NO CONTORNO DO ENFEITE; SISTEMA DE CONTROLE E FONTE DE ALIMENTAÇÃO 5V DIMENSIONADOS PARA OPERAÇÃO DOS PIXELS, POSSIBILITANDO AREPRODUÇÃO DE SONS.			
	VALOR TOTAL ESTIMADO:			R\$ 259.103,54

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do **termo inicial da vigência do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]
- 2.2. A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Administração Municipal, estando compatível com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 2.3. Ademais, a contratação está devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC), assegurando a compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro do Município, bem como o atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática** alusiva às festividades de Natal e São João, contemplando todas as etapas necessárias ao pleno atendimento da demanda, desde o planejamento até a destinação final dos materiais utilizados.

O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes fases:

1. Planejamento e concepção

Envolve a definição dos locais a serem ornamentados, elaboração de projeto decorativo, escolha dos materiais e alinhamento com a identidade visual dos eventos, observando aspectos culturais, estéticos e de segurança.

2. Fornecimento e logística

Abrange a disponibilização de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, incluindo transporte, armazenamento temporário e organização logística.

3. Instalação e montagem

Consiste na execução da ornamentação nos espaços públicos definidos, com instalação de estruturas decorativas, iluminação temática e demais elementos, realizada por equipe técnica qualificada, observando normas de segurança e qualidade.

4. Operação e manutenção

Durante o período festivo, a empresa contratada deverá garantir o pleno funcionamento das estruturas, realizando manutenção preventiva e corretiva, substituição de itens danificados e suporte técnico sempre que necessário.

5. Desmontagem e retirada

Ao término das festividades, compreende a retirada completa das estruturas e materiais instalados, com a devida limpeza dos locais e restauração das condições originais dos espaços públicos.

6. Destinação final e sustentabilidade

Os materiais utilizados deverão, preferencialmente, ser reutilizáveis ou recicláveis, cabendo à contratada promover o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas de sustentabilidade.

A solução adotada é do tipo integrada, reunindo em um único contrato todas as etapas do ciclo de vida do objeto, o que proporciona maior eficiência administrativa, padronização dos serviços, redução de riscos operacionais e melhor controle da execução contratual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

1. **Utilização de iluminação eficiente:** priorização de lâmpadas e dispositivos em LED ou tecnologia equivalente, visando à redução do consumo de energia elétrica;
2. **Emprego de materiais reutilizáveis e duráveis:** utilização de estruturas e elementos decorativos que possam ser reaproveitados em futuras contratações, reduzindo a geração de resíduos;
3. **Gestão adequada de resíduos sólidos:** responsabilidade da contratada pela coleta, separação e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados durante a montagem, manutenção e desmontagem;
4. **Redução do uso de materiais descartáveis:** evitar o emprego de itens de uso único ou de difícil decomposição, priorizando alternativas sustentáveis;

5. **Eficiência logística:** planejamento das rotas de transporte e instalação, com o objetivo de reduzir emissões e otimizar recursos;
6. **Conformidade ambiental:** atendimento às normas ambientais aplicáveis, inclusive quanto ao uso de materiais não poluentes e seguros;
7. **Conscientização e boas práticas:** incentivo à adoção de práticas sustentáveis por parte da empresa contratada e de seus colaboradores durante toda a execução contratual.

Subcontratação[A6]

4.2 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% do valor contratado, exclusivamente para atividades acessórias, tais como:

1. transporte;
2. serviços elétricos;
3. apoio logístico;
4. montagem auxiliar.

Vedada a subcontratação do objeto principal. Fundamento: art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

Garantia da contratação[A8]

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.*

Justificativa para a não exigência de garantia contratual

4.4. No presente caso, opta-se pela não exigência de garantia contratual, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços de ornamentação temática para as festividades de São João e Natal, caracterizados como serviços de natureza comum, de baixa complexidade técnica e com execução em prazo determinado e relativamente curto.

Ademais, não se verifica elevado risco de inadimplemento contratual que justifique a imposição de garantia, considerando que os serviços serão executados de forma contínua e acompanhados por fiscalização direta da Administração, possibilitando a identificação e correção de eventuais falhas de forma tempestiva.

Destaca-se, ainda, que a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em relação a empresas de pequeno e médio porte, além de acarretar custos adicionais aos licitantes, os quais tenderiam a ser repassados à Administração, impactando o valor final da contratação.

Ressalta-se que a Administração dispõe de outros mecanismos suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, tais como a aplicação de sanções administrativas, fiscalização efetiva da execução e previsão de penalidades em caso de descumprimento.

Dessa forma, conclui-se que a não exigência de garantia contratual mostra-se medida adequada, proporcional e alinhada aos princípios da razoabilidade, competitividade e economicidade, não comprometendo a segurança da execução do objeto.

Vistoria

4.5. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

Contratação

4.6. Para a adequada execução dos serviços de ornamentação temática, a empresa vencedora no ato da contratação deverá apresentar os seguintes requisitos:

- **Disponibilidade de equipamentos e veículos:**
 - Caminhão tipo carreta de grande porte; (grupo de itens 02) ou
 - Veículo tipo pranchão; (grupo de itens 02)
 - Caminhão equipado com cesto aéreo (plataforma elevatória) para execução de serviços em altura; (grupos de itens 01 e 03)

- Para fins de assinatura do contrat, será exigida a apresentação da documentação dos veículos:
 - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado;
 - Comprovação de propriedade, posse ou disponibilidade (próprio, locado ou mediante contrato);
 - Comprovação de que os veículos estão em condições adequadas de uso e segurança;

A exigência dos veículos e equipamentos justifica-se pela necessidade de assegurar a execução segura, eficiente e dentro dos prazos estabelecidos, considerando a complexidade dos serviços, especialmente aqueles realizados em altura e com estruturas de grande porte.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto:

- São João: os serviços da ornamentação deverá iniciar no dia 25/05/2026 com a conclusão até o dia 06/06/2026. A desmontagem deverá iniciar no dia 28/07/2026.
- Natal: os serviços da ornamentação deverá iniciar no dia 30/11/2026 com a conclusão até o dia 06/12/2026. A desmontagem deverá iniciar no dia 06/01/2027.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

- São João

Etapas	Descrição	Prazo Estimado
1	Planejamento e alinhamento com a Administração	Até dia 24/05
2	Fornecimento de materiais e logística	De 25/05/ até 06/06
3	Montagem e instalação da ornamentação	Até de 25/05/ até 06/06
4	Período de funcionamento e manutenção	De 06/06 a 27/07
5	Desmontagem e retirada das estruturas	A partir de 28/07

- Natal

Etapas	Descrição	Prazo Estimado
1	Planejamento e alinhamento com a Administração	Até dia 29/11
2	Fornecimento de materiais e logística	De 30/11/ até 06/12
3	Montagem e instalação da ornamentação	Até de 30/11/ até 06/12
4	Período de funcionamento e manutenção	De 06/12/2026 a 06/01/2027
5	Desmontagem e retirada das estruturas	A partir de 06/01/2027

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: conforme ordem de serviços (ruas do Centro e Distritos do Município) ;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 08:00h as 20:00h

Período de Funcionamento e Manutenção

Durante o período festivo, a empresa contratada deverá garantir o pleno funcionamento de toda a ornamentação instalada, responsabilizando-se pela manutenção preventiva e corretiva dos elementos decorativos, estruturas e sistemas de iluminação.

O período de funcionamento e manutenção compreenderá:

- **Ornamentação Junina (São João):** desde a data de conclusão da instalação (06/06/2026) até o encerramento oficial das festividades juninas, conforme calendário definido pela Administração (27/07/2026);
- **Ornamentação Natalina (Natal):** desde a conclusão da instalação (06/12/2026) até o término do período natalino, conforme cronograma estabelecido pela Administração (06/01/2027).

Durante esse período, a contratada deverá:

- Assegurar que todas as estruturas e iluminações permaneçam em perfeito estado de funcionamento;
- Realizar inspeções periódicas para identificação preventiva de falhas;
- Efetuar a substituição imediata de materiais danificados ou defeituosos;
- Disponibilizar equipe técnica de prontidão, apta a atender eventuais ocorrências no menor tempo possível;
- Garantir a segurança das instalações, evitando riscos à população e ao patrimônio público.

O descumprimento das condições de funcionamento e manutenção poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, conforme previsto no instrumento convocatório e no contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da montagem e desmontagem da ornamentação.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.4 O responsável técnico acompanhará e atestará todo o serviço avaliando a execução de acordo um checklist e os parâmetros indicados pela Administração Pública.

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no dia 06/06 para o São João e 06/12 para o Natal, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.6.1. O recebimento provisório ocorrerá após a verificação, pela fiscalização contratual, dos seguintes aspectos:

- Conclusão da instalação de todos os elementos decorativos previstos para a etapa (natalina ou junina);
- Funcionamento adequado de todas as estruturas e sistemas de iluminação;
- Conformidade dos serviços executados com o projeto, especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos;
- Ausência de falhas aparentes ou irregularidades que comprometam a utilização dos espaços ornamentados;
- Limpeza e organização dos locais após a instalação.

Uma vez constatado o atendimento integral das condições acima, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, iniciando-se o período de observação para verificação da qualidade e durabilidade dos serviços executados.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período para o São João de 06/06 a 03/07 e para o Natal de 06/12 a 06/01/2027.

7.12 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.17 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC-A* de correção monetária.[A10]

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste[A24]

7.39. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado [A25] da data do orçamento estimado, em 10/03/2026[A26].*

7.40. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.41. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.42. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.43. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.44. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.45. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito[A29]

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A31]

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A32]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 3,0 (três) dias.[A1] [A2]*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*[A3]

8.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1,0% (um por cento) a[A4] 3,0% (três por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1,0% (um por cento) a 3,0% (três por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1,0% (um por cento) a 3,0% (três por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1,0% (um por cento) a 3,0% (três por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1,0% (um por cento) a 3,0% (três por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS.

Regime de Execução[A2]

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14.1 Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006:

Os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, assim o grupo 02.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

9.22. Declaração de inexistência de quaisquer fatos supervenientes, impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por ato do poder público municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a administração pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021).

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.31. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Prova de inscrição ou registro da licitante (certidão da pessoa jurídica) e dos seus responsáveis técnicos (certidão de pessoa física), junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA competente da região a que estiver vinculada a sede ou domicílio da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, dentro do prazo de validade; (exigência apenas para os grupos de itens 01 e 03).

9.32.1. Para o grupo de itens 03 a empresa participante deverá apresentar como responsável técnico um profissional Engenheiro Eletrico.

9.32.2 Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste certame. (exigência apenas para os grupos de itens 01 e 03).

9.32.3 A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega dos envelopes profissional (ais) detentor de certificado do Curso da **NR-10** (segurança em instalações e serviços em eletricidade) e **NR-35** (trabalho em altura); em **Atendimento às normas de segurança do trabalho**. A vinculação dos profissionais será feita com um dos seguintes documentos: A vinculação do profissional deverá ser feita através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), de Ato Constitutivo ou contrato de prestação de serviços. (exigência apenas para os grupos de itens 01 e 03).

Qualificação Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

DESCRIÇÃO	UND	QUANT
LOTE 01		
BANDEIROLAS PLÁSTICAS -DECORAÇÃO COM BANDEIROLAS ESPAÇADAS COM 3 UNIDADES DE 25 CM	KG	1350
CABO DE AÇO GALVANIZADO 6MM 1/4	M	1.100
LOCAÇÃO DE POSTES EM AÇO CARBONO PARA SUSTENTAÇÃO DE B A N D E I R O L A S C O M ALTURA COMPATÍVEL COM OTRAFEGO DE VEÍCULOS (CARRETA) E SUA POSTERIOR RETIRADA APÓS A FESTA – ALTURA DO POSTE: MÍNIMO DE 6METROS,	UND	75
LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE EM MADEIRA DECORADA, COM 12 METROS DE COMPRIMENTO E 6 METROS DE ALTURA.	UND	2
ARTIGOS DE DECORAÇÃO PARA FESTA		

JUNINA LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS COM TEMAS DAS FESTAS JUNINAS	UND	175
LOTE 02		
CAVALO MECANICO PRANCHA – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA A "PRANCHÃO - CARRETA	DIARIA	1
LOTE 03		
TRENÓ ESCULTURA EM FORMA DE TRENÓ	UND	1
CASA DO PAPAI NOELDE MADEIRA. CASA FABRICADA EM MADEIRA	UND	1
PAPAI NOEL NA POSIÇÃO EM PÉ, MEDINDO NO MÍNIMO 2,00M DE ALTURA,	UND	5
BOAS FESTAS E FELIZ NATAL - 3D CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA	UND	1
ARVORE DE NATAL : SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ENFEITES NATALINOS DO TIPO ARVORE DE NATAL COM ESTRUTURAPRINCIPAL FEITA DE TUBOS METÁLICOS COM 06METROS DE ALTURA	UND	1

9.33.2. [A28] Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade operacional, a uma única contratação.[A29]

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A34]

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A35] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de R\$642.632,19 (seiscentos e quarenta e dois mil seiscentos e trinta e dois reais e dezanove centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas contidas no item 1.1 acima.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 0301; 0901
- II. Fonte de recursos: 1500, 1704
- III. Programa de trabalho: 2004; 2059
- IV. Elemento de despesa: 33903900

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [A1]

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

14. ANEXO II

NÃO SE APLICA

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMANTA SOUZA DE JESUS

Presidente da Comissão de Planejamento

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Estudo Técnico Preliminar 57/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 124/2026

2. Descrição da necessidade

A Administração Pública Municipal de Salinas da Margarida possui a necessidade de promover a adequada ambientação urbana durante os períodos festivos de São João e Natal, por meio da ornamentação temática de espaços públicos, com vistas a atender ao interesse coletivo, valorizar as tradições culturais e proporcionar bem-estar à população.

As festividades juninas e natalinas integram o calendário oficial do município, sendo eventos de grande relevância cultural, social e econômica. Nesse contexto, a ornamentação dos espaços públicos — como praças, vias urbanas e prédios institucionais — constitui elemento essencial para a criação de ambientes acolhedores, seguros e visualmente atrativos, favorecendo a realização de eventos, a convivência social e a participação popular.

Atualmente, o Município não dispõe de estrutura própria, equipe técnica especializada, nem acervo de materiais suficientes para executar, com qualidade e eficiência, os serviços de confecção, instalação, manutenção e retirada das estruturas decorativas necessárias. Tal limitação compromete a padronização, a segurança e o impacto visual das ornamentações, caso não haja contratação especializada.

Além disso, os serviços demandam planejamento técnico, logística, fornecimento de materiais específicos, equipamentos adequados e mão de obra qualificada, fatores que justificam a necessidade de contratação de empresa especializada para execução integral das atividades.

A ausência de ornamentação ou sua execução de forma inadequada compromete diretamente a identidade visual dos eventos, reduz o engajamento da comunidade, impacta negativamente a atratividade turística e pode gerar prejuízos à economia local, especialmente aos setores de comércio e serviços que dependem do aumento do fluxo de pessoas nesses períodos.

Ressalta-se que os serviços necessários envolvem um conjunto integrado de atividades, tais como: criação e execução de projetos decorativos, fornecimento de materiais temáticos (estruturas, iluminação, adereços e elementos cenográficos), montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva durante todo o período festivo, além da desmontagem e retirada ao final dos eventos.

Tais atividades exigem conhecimento técnico especializado, uso de equipamentos apropriados, observância às normas de segurança (especialmente no que se refere a instalações elétricas e estruturas em áreas públicas), bem como capacidade logística para atender simultaneamente diversos pontos do Município, o que inviabiliza sua execução direta pela Administração, diante da inexistência de estrutura operacional própria suficiente.

Ademais, a contratação busca garantir:

- Padronização estética dos espaços públicos;
- Qualidade e durabilidade das estruturas instaladas;
- Segurança dos munícipes e visitantes;
- Cumprimento de prazos compatíveis com o calendário festivo;

- Eficiência na utilização dos recursos públicos.

A necessidade também se justifica pelo caráter temporário e sazonal da demanda, não sendo economicamente viável a aquisição permanente de materiais e a manutenção de equipe própria para execução desses serviços ao longo de todo o ano.

Dessa forma, a contratação pretendida se mostra indispensável para assegurar a adequada realização das festividades de São João e Natal no Município de Salinas da Margarida, promovendo o fortalecimento da cultura local, incentivando o turismo, dinamizando a economia e proporcionando à população ambientes organizados, seguros e culturalmente representativos, em consonância com o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Andréa dos Santos Carvalho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática junina e natalina deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

1. Requisitos Técnicos da Prestação dos Serviços

1. Execução de serviços de ornamentação temática alusiva às festividades de São João e Natal, com criação, produção e instalação de elementos decorativos;
2. Fornecimento de todos os materiais necessários, incluindo estruturas metálicas, madeira, tecidos, iluminação decorativa, adereços e itens cenográficos;
3. Realização de montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva durante todo o período festivo, e desmontagem ao final dos eventos;
4. Apresentação prévia de projeto ou layout decorativo para aprovação da Administração Municipal;
5. Adequação da ornamentação aos espaços públicos definidos (praças, vias públicas, prédios institucionais, entre outros).

2. Requisitos de Qualificação Técnica

1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio de atestados de capacidade técnica;
2. Demonstração de experiência anterior em serviços similares de ornamentação temática para eventos públicos ou privados;
3. Disponibilidade de equipe técnica qualificada, incluindo profissionais capacitados para montagem de estruturas e instalações elétricas.

3. Requisitos de Segurança

1. Atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente quanto à instalação de estruturas e sistemas elétricos;
2. Utilização de materiais resistentes e adequados ao uso em áreas públicas e expostos a intempéries;
3. Garantia da estabilidade e fixação segura das estruturas, evitando riscos à população;

4. Responsabilização pela manutenção das condições de segurança durante toda a execução contratual.

4. Requisitos Operacionais

1. Capacidade logística para execução simultânea dos serviços em diferentes pontos do Município;
2. Cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no cronograma da Administração;
3. Disponibilidade para atendimento emergencial durante o período festivo, em caso de necessidade de reparos ou substituições;
4. Realização da desmontagem e retirada integral dos materiais ao término dos eventos, com destinação ambientalmente adequada.

5. Requisitos de Sustentabilidade

1. Sempre que possível, utilização de materiais reutilizáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental;
2. Adoção de práticas que minimizem a geração de resíduos;
3. Destinação final adequada dos materiais utilizados, conforme a legislação ambiental vigente.

6. Requisitos Administrativos e Legais

1. Atendimento às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021;
2. Cumprimento das obrigações contratuais e demais normas aplicáveis à Administração Pública;
3. Responsabilização por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços.

7. Requisitos de Qualidade

1. Garantia de padrão estético compatível com a proposta apresentada e aprovada;
2. Manutenção da integridade dos elementos decorativos durante todo o período de exposição;
3. Substituição imediata de itens danificados ou que não atendam às especificações.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado consiste na análise das alternativas possíveis para a Contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentação temática junina e natalina, incluindo fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas decorativas alusivas às festividades de São João e Natal, a serem realizadas em vias públicas, praças, prédios institucionais e demais espaços definidos pela Administração Municipal de Salinas da Margarida.

Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis capazes de atender à necessidade de ornamentação temática para as festividades de Natal e São João no Município.

A análise considerou práticas adotadas por outros entes públicos, contratações similares e as alternativas ofertadas por empresas do setor, sendo identificadas as seguintes soluções:

a) Contratação de empresa especializada para prestação de serviço completo (fornecimento, instalação, manutenção e retirada)

Solução amplamente adotada pela Administração Pública, consiste na contratação de empresa responsável por toda

a execução da ornamentação.

Essa alternativa apresenta maior integração dos serviços, padronização estética e eficiência operacional, além de reduzir riscos relacionados à execução e à responsabilização.

b) Aquisição de materiais decorativos permanentes

Consiste na compra de itens decorativos (iluminação, estruturas, adereços), com execução direta pela Administração. Embora permita reaproveitamento em exercícios futuros, exige estrutura logística, espaço para armazenamento, equipe técnica qualificada e manutenção contínua, podendo gerar custos indiretos relevantes.

c) Locação de materiais decorativos

Consiste na locação de estruturas e elementos decorativos por período determinado.

Apesar de reduzir a necessidade de aquisição, pode demandar apoio operacional da Administração e apresentar limitações quanto à personalização e disponibilidade dos itens.

d) Contratação por itens ou etapas (execução fracionada)

Envolve a realização de contratações distintas para cada tipo de serviço (iluminação, estruturas, montagem, etc.).

Essa solução pode ampliar a competitividade, porém aumenta a complexidade da gestão contratual, eleva o risco de incompatibilidades técnicas e pode comprometer o cumprimento dos prazos.

4.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Após análise das alternativas, verificou-se que a solução descrita na alínea “a” apresenta melhor relação entre custo, benefício e eficiência administrativa, considerando:

- Redução de riscos operacionais;
- Centralização da responsabilidade contratual;
- Garantia de qualidade e padronização visual;
- Cumprimento de prazos compatíveis com o calendário festivo;
- Menor demanda de estrutura técnica interna.

4.2 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação completa é a solução mais adequada para atender à necessidade administrativa, mostrando-se técnica e economicamente viável, além de alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática junina e natalina, em modelo integrado, contemplando todas as etapas necessárias à adequada ambientação dos espaços públicos do Município de Salinas da Margarida.

A contratação abrangerá, de forma completa e contínua, a execução dos serviços de planejamento, criação, fornecimento de materiais, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, bem como desmontagem e retirada das estruturas decorativas ao término das festividades de São João e Natal.

A solução inclui a elaboração de projeto decorativo temático, a ser previamente submetido à aprovação da Administração Municipal, observando-se as características culturais locais, a identidade visual dos eventos e a adequada utilização dos espaços públicos definidos, tais como praças, vias urbanas e prédios institucionais.

Também integra a solução o fornecimento de todos os insumos necessários, incluindo estruturas físicas, elementos cenográficos, materiais decorativos e sistemas de iluminação, devidamente adequados às normas de segurança e às condições ambientais, garantindo durabilidade, estabilidade e segurança durante todo o período de exposição.

A execução dos serviços deverá ocorrer de forma planejada e coordenada, com cronograma previamente definido, assegurando a instalação da ornamentação em tempo hábil para o início das festividades, bem como a manutenção contínua das estruturas durante todo o período festivo, com atendimento imediato a eventuais necessidades de reparo ou substituição.

Ao término dos eventos, a empresa contratada será responsável pela desmontagem completa das estruturas, retirada dos materiais e adequada destinação dos resíduos, garantindo a restituição dos espaços públicos às suas condições originais.

A solução contempla, ainda, a disponibilização de equipe técnica qualificada, equipamentos adequados e logística necessária para atendimento simultâneo dos diversos pontos do Município, assegurando eficiência, qualidade e segurança na execução dos serviços.

Dessa forma, a contratação em modelo integrado apresenta-se como a alternativa mais eficiente e vantajosa, pois centraliza a responsabilidade pela execução, reduz riscos operacionais, garante padronização estética e otimiza a gestão contratual, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas para a prestação de serviços de ornamentação temática junina e natalina foi elaborada com base no levantamento das necessidades da Administração Municipal de Salinas da Margarida, considerando o histórico de eventos realizados, a extensão das áreas a serem atendidas e o planejamento das festividades previstas no calendário oficial do Município. Ressalta-se que, o quantitativo é o mesmo do ano anterior conforme

1. Metodologia de Estimativa

Para definição das quantidades, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Levantamento dos principais pontos públicos a serem ornamentados (praças, vias urbanas, prédios institucionais e espaços de eventos);
- Análise de contratações anteriores realizadas pelo Município;
- Dimensionamento da estrutura necessária para cada tipo de evento (São João e Natal);
- Projeção de ampliação ou manutenção do padrão decorativo adotado em exercícios anteriores;
- Consideração da necessidade de manutenção contínua durante o período festivo.

2. Quantitativos Estimados

A contratação será realizada em regime global, considerando a natureza integrada do serviço, abrangendo:

- Ornamentação de praças públicas (incluindo estrutura cenográfica e iluminação temática);
- Ornamentação de vias públicas (portais, bandeirolas, iluminação decorativa e elementos suspensos);
- Ornamentação de prédios institucionais;
- Instalação de elementos decorativos de destaque (como árvores natalinas, vilas temáticas, painéis e cenários juninos);
- Serviços contínuos de manutenção durante o período festivo;
- Desmontagem e retirada integral das estruturas ao final dos eventos.

Os quantitativos exatos de cada item serão definidos conforme o planejamento detalhado da Administração, podendo variar de acordo com as características de cada local, sendo adotado como referência o atendimento dos principais pontos do Município.

3. Justificativa das Quantidades

A estimativa das quantidades justifica-se:

- Pela necessidade de atender de forma adequada os principais espaços públicos utilizados nas festividades;
- Pela manutenção do padrão decorativo adotado em anos anteriores, garantindo continuidade e identidade visual dos eventos;
- Pela possibilidade de ampliação da ornamentação, visando maior valorização cultural e incremento do turismo local;
- Pela necessidade de garantir cobertura suficiente para atender à demanda da população e visitantes;
- Pela natureza dos serviços, que exige planejamento global e execução integrada.

Ressalta-se que, por se tratar de serviços de natureza predominantemente técnica e artística, com variação conforme o projeto decorativo, a definição dos quantitativos ocorre de forma estimada e global, sendo detalhada na fase de execução contratual.

A definição da quantidade estimada para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação temática junina e natalina foi fundamentada em critérios técnicos e administrativos, observando-se o disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que exige a devida justificativa dos quantitativos previstos na contratação.

A estimativa considerou, inicialmente, o levantamento dos principais espaços públicos do Município de Salinas da Margarida que tradicionalmente recebem ornamentação durante os períodos festivos, tais como praças, vias urbanas, prédios institucionais e locais de realização de eventos culturais.

Foram também analisados os dados históricos de contratações anteriores realizadas pelo Município, observando-se o padrão de ornamentação adotado, a quantidade de estruturas utilizadas e a abrangência das áreas atendidas, de modo a garantir a continuidade das ações e a manutenção da identidade visual das festividades.

Além disso, a estimativa levou em consideração a necessidade de manutenção e possível ampliação da ornamentação, em razão do crescimento da participação popular e da relevância dos eventos de São João e Natal para o fortalecimento da cultura local e o desenvolvimento econômico do Município.

A quantidade estimada também foi dimensionada de forma a assegurar a cobertura dos principais pontos estratégicos do Município, garantindo ambientação adequada, segurança e qualidade visual, sem incorrer em excesso que possa comprometer a economicidade da contratação.

Ademais, foram considerados fatores como:

- A extensão territorial das áreas urbanas a serem ornamentadas;
- A necessidade de instalação de estruturas de maior porte (portais, cenários e iluminação temática);
- A demanda por manutenção contínua durante o período festivo;
- A logística necessária para montagem e desmontagem das estruturas.

Dessa forma, a estimativa apresentada mostra-se compatível com a necessidade pública identificada, suficiente para atendimento da demanda e adequada sob o ponto de vista técnico e econômico, atendendo aos princípios da eficiência, razoabilidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Para atendimento às necessidades da Administração Municipal durante os períodos festivos de **São João e Natal**, estima-se a contratação de serviços de ornamentação contemplando a decoração de praças, vias públicas, prédios institucionais e demais espaços utilizados para eventos culturais.

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, os quantitativos estimados para a contratação dos serviços de ornamentação junina e natalina foram definidos com base no histórico de consumo e execução de contratações anteriores realizadas pelo Município.

Ressalta-se que, nos exercícios anteriores, as quantidades ora previstas mostraram-se suficientes para atender plenamente às necessidades da Administração Pública, contemplando de forma adequada os principais espaços públicos, como praças, vias urbanas e prédios institucionais, durante os períodos festivos de São João e Natal conforme publicações que podem ser consultadas:

Ornamentação Junina

- 1.<https://pncp.gov.br/app/editais/13743281000114/2024/51>
- 2.<https://pncp.gov.br/app/editais/13743281000114/2025/60>

Ornamentação Natalina

- 1.<https://pncp.gov.br/app/editais/13743281000114/2024/152>
- 2.<https://pncp.gov.br/app/editais/13743281000114/2025/219>

Os quantitativos foram estimados com base em eventos realizados em exercícios anteriores, bem como na necessidade de garantir ambientação adequada nos principais pontos de concentração da população, conforme descrito a seguir:

GRUPO DE ITENS 01 - ORNAMENTAÇÃO JUNINA						
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	17485	BANDEIROLAS PLÁSTICAS - DECORAÇÃO COM BANDEIROLAS ESPAÇADAS COM 3 UNIDADES DE 25 CM EM CADA METRO, NAS CORES VERDE, AMARELA, AZUL, BRANCA, ROSA E VERMELHO, GRAMPEADAS EM FITILHOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA, INSTALADAS EM POSTES DE AÇO CARBONO NOS ESPAÇOS INDICADOS PELA CONTRATANTE EM TODA A EXTENSÃO DO CIRCUITO."	KG	2.700	R\$ 53,20	R\$ 143.640,00
2	17485	CABO DE AÇO GALVANIZADO 6MM 1/4	M	2.200	R\$ 12,29	R\$ 27.038,00

3	17485	TECIDO CHITA ESTAMPADO FLORAL, COMPOSIÇÃO EM 100% POLIÉSTER, COM NO MÍNIMO 1,40 DE LARGURA	M	300	R\$ 18,05	R\$ 5.415,00
4	17485	LOCAÇÃO DE POSTES EM AÇO CARBONO PARA SUSTENTAÇÃO DE B A N D E I R O L A S C O M ALTURA COMPATÍVEL COM O TRAFEGO DE VEÍCULOS (CARRETA) E SUA POSTERIOR RETIRADA APÓS A FESTA – ALTURA DO POSTE: MÍNIMO DE 6 METROS, COM DIÂMETRO DE 12 A 14CM. COM PINTURA ATE 2 METROS DE ALTURA NA COR AMARELA PARA DEVIDA SINALIZAÇÃO DE VEICULOS, COM CHUMBADOR.	UND	150	R\$ 467,00	R\$ 70.050,00
5	17485	LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE EM MADEIRA DECORADA, COM 12 METROS DE COMPRIMENTO E 6 METROS DE ALTURA. PARA A ENTRADA DA CIDADE OS DEMAIS PORTAIS DEVIDAMENTE PINTADOS E DECORADOS COM LONAS IMPRESSAS COM ARTE DO EVENTO DEFINIDA PELA ORGANIZAÇÃO CONFORME MODELO QUE SERÁ FORNECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO COM NO MÍNIMO 03 REFLETORES DE LED PARA ILUMINAÇÃO DO PORTAL NO PERÍODO NOTURNO. MONTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DA EMPRESA VENCEDORA.	UND	4	R\$ 5.566,67	R\$ 22.266,68

6	17485	ARTIGOS DE DECORAÇÃO PARA FESTA JUNINA LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS COM TEMAS DAS FESTAS JUNINAS COM NO MÍNIMO 1,0 METRO DE ALTURA X 0,50 CM DE LARGURA	UND	350	R\$ 66,75	R\$ 23.362,50
7	17485	TRIO PÉ DE SERRA. ESPECIFICAÇÃO: CONFECCIONADOS EM ESTRUTURA DE FIBRA VIDRO COM INSTRUMENTOS JUNINOS: TRIÂNGULO, ZABUMBA, SANFONA, MEDINDO 2,40 DE ALTURA	UND	1	R\$ 9.354,71	R\$ 9.354,71
8	17485	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO E ESTRUTURA	VD	1	R\$ 18.601,19	R\$ 18.601,19
9	17485	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 6,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017	M³	4,5	R\$ 1.763,36	R\$ 7.935,12
10	17485	LOCACAO E INSTALACAO: FOGUEIRA DECORACAO JUNINA EM MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO 20 A 22 DIÂMETRO, MEDIDAS DE 200 CM DE	UND	1	R\$ 1.745,33	R\$ 1.745,33

		ALTURA, 200 CM DE LARGURA E 200 CM DE COMPRIMENTO.			
	VALOR TOTAL ESTIMADO:				R\$ 329.408,53

GRUPO DE ITENS 02 - CAVALO MECANICO PRANCHA

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	25089	CAVALO MECANICO PRANCHA – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA A "PRANCHÃO - CARRETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,20 M DE LARGURA, 10M DE COMPRIMENTO, 3,50CM DE ALTURA, COM 4 ORELHAS (SENDO 02 (DUAS) NA DIANTEIRA E 02 (DUAS) ORELHAS NA TRASEIRA). GERADOR DE MÍNIMO 80KVA, O PRANCHÃO DEVERÁ SER TODO ILUMINADO NA ÁREA EXTERNA, COM SONORIZAÇÃO COM 18 GRAVES NA FRENTE, 18 GRAVES DA TRASEIRA, 8 GRAVES NA LATERAL ESQUERDA, 8 GRAVES NA LATERAL DIREITA, TODAS AS CAIXAS PROTEGIDAS COM TELAS A PROVA DE ÁGUA. PALCO COBERTO EM LONA ANTICHAMAS, 01 MESA DE 12 CANAIS 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM, 16 PAR LED, 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO, CARRETA RECREATIVA (FANTASIA) REVESTIDA COM ACM VERMELHO. COM DECORAÇÃO JUNINA.	DIARIA	2	R\$ 18.040,04	R\$ 36.080,08
		CAVALO MECANICO PRANCHA –				

2	25089	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA A "PRANCHÃO - CARRETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,20 M DE LARGURA, 10M DE COMPRIMENTO, 3,50CM DE ALTURA, COM 4 ORELHAS (SEND0 02 (DUAS) NA DIANTEIRA E 02 (DUAS) ORELHAS NA TRASEIRA). GERADOR DE MÍNIMO 80KVA, O PRANCHÃO DEVERÁ SER TODO ILUMINADO NA ÁREA EXTERNA, COM SONORIZAÇÃO COM 18 GRAVES NA FRENTE, 18 GRAVES DA TRASEIRA, 8 GRAVES NA LATERAL ESQUERDA, 8 GRAVES NA LATERAL DIREITA, TODAS AS CAIXAS PROTEGIDAS COM TELAS A PROVA DE ÁGUA. PALCO COBERTO EM LONA ANTICHAMAS, 01 MESA DE 12 CANAIS 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM, 16 PAR LED, 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO, CARRETA RECREATIVA (FANTASIA) REVESTIDA COM ACM VERMELHO. COM DECORAÇÃO NATALINA.	DIARIA	1	R\$ 18.040,04	R\$ 18.040,04
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 54.120,12

GRUPO DE ITENS 03 - ORNAMENTAÇÃO NATALINA

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	17485	LOCAÇÃO DE PRESÉPIO EM FIBRA DE VIDRO - LOCAÇÃO DE PRESÉPIO CONTENDO: SAGRADA FAMÍLIA, COMPOSTA POR JOSÉ (MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,65M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 1,00M DE PROFUNDIDADE), JESUS (MEDINDO APROXIMADAMENTE	UND	10	R\$ 717,86	R\$ 7.178,60

		0,40M DE ALTURAX 0,65M DE LARGURA X0,86M DE PROFUNDIDADE) E MARIA (MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,28M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 0,90M DE PROFUNDIDADE), TODOS PRODUZIDOS EM FIBRA DE VIDRO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO E VERNIZ AUTOMOTIVO, PASTOR, TRIDIMENSIONAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,60M DE ALTURA X0,90M DE LARGURA X 0,80M DE PROFUNDIDADE, PRODUZIDO EM FIBRA DE VIDRO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO E VERNIZ AUTOMOTIVO, ANJO (ALTURA 2,00M X 2,45M LARGURA X 0,30M PROFUNDIDADE) ESCULTURA EM FORMA DE ANJO, COM SEU BRAÇOCRUZADO NO PEITO, PRODUZIDO EM FIBRA DE VIDRO E REVESTIDA POR PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO, TRIO DE REIS MAGOS TRIDIMENSIONAIS, COMPOSTO POR REI BALTAZAR (MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,60M DE ALTURA X 0,70M DE LARGURA. CONTORNADAS COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM, TENSÃO 220 VOLTS E ILUMINADO COM ILUMINAÇÃO CÊNICA				
2	17485	TRENÓ ESCULTURA EM FORMA DE TRENÓ (ALTURA 1,47M X LARGURA 1,25M X COMPRIMENTO 3,45M), A PEÇA TEM FORMATO ALUSIVO À UM TRENÓ NATALINO, SUA BASE É TODA ADORNADA COM ARABESCOS EM ALTO RELEVO, NAS LATERAIS TEM CHIFRES DE RENA ENTALHADOS TAMBÉM EM ALTO RELEVO E NO SEU INTERIOR HÁ UM ASSENTO ONDE AS PESSOAS PODEM SE SENTAR PARA TIRAR FOTOS. DEVIDAMENTE DECORADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM, TENSÃO 220 VOLTS	UND	2	R\$ 8.673,54	R\$ 17.347,08
3	17485		M	2		R\$ 30.654,66

		CASA DO PAI NOEL DE MADEIRA. CASA FABRICADA EM MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE 300X320X335CM COM PINTURA ALUSIVA AO NATAL NAS CORES VERMELHA, VERDE E BRANCA, COM ILUMINAÇÃO INTERNA, TELHADO BRANCO, COM CHAMINÉ, 02 JANELAS E 01 PORTA COM VARANDINHA. DECORADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10 MM COM TENSÃO 220 VOLTS E MICRO LÂMPADAS DE LEDS, CONTENDO 01 POLTRONA DO PAI NOEL. MEDIDAS MÍNIMAS.			R\$ 15.327,33	
4	17485	PAPAI NOEL NA POSIÇÃO EM PÉ, MEDINDO NO MÍNIMO 2,00M DE ALTURA, PRODUZIDO ISOPOR E FIBRA DE VIDRO, PINTADO REVESTIDO COM APLICAÇÃO DE TECIDOS, PELÚCIAS E ASTRACÃ, NAS CORES TRADICIONAIS DO NATAL, COM BARBA APLICADA DE PELÚCIA.	UND	10	R\$ 2.791,75	R\$ 27.917,50
5	17485	ENFEITE, TIPO PISCA PISCA NATALINO, MODELO COMETA METEORO, PEÇA DE POSTE EM FIGURA VERTICAL ARAMADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20M X 1,20M, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, DE TUBOS METALON 20MMX20MM, DE FERROS CHATOS E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO BASE ÁGUA, CONTORNADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM TENSÃO 220 VOLTS E REVESTIDA COM MICRO LÂMPADAS DE LEDS FIXADA COM ABRAÇADEIRA NYLON TIPO T18R E FIXADA EM POSTE COM ABRAÇADEIRAS T 150L.	UND	40	R\$ 45,21	R\$ 1.808,40
6	17485	ENFEITE, TIPO PISCA PISCA NATALINO, MODELO ESTRELA PEÇA DE POSTE EM FIGURA VERTICAL ARAMADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20M X 1,20 M, CONFECCIONADA EM	UND	40	R\$ 38,58	R\$ 1.543,20

		ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, DE TUBOS METALON 20MMX20MM, DE FERROS CHATOS E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO BASE ÁGUA, CONTORNADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM TENSÃO 220 VOLTS E REVESTIDA COM MICRO LÂMPADAS DE LEDS FIXADA COM ABRAÇADEIRA NYLON TIPO T18R E FIXADA EM POSTE COM ABRAÇADEIRAS T 150L.				
7	17485		UND	30	R\$ 38,84	R\$ 1.165,20

		ENFEITE, TIPO PISCA PISCA NATALINO, MODELO ANJO COM CORNETA PEÇA DE POSTE EM FIGURA VERTICAL ARAMADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20M X 1,20M, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, DE TUBOS METALON 20MMX20MM, DE FERROS CHATOS E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO BASE ÁGUA, CONTORNADA COM MANGUEIRA LUMINOSA LUZ LED 10MM TENSÃO 220 VOLTS E REVESTIDA COM MICRO LÂMPADAS DE LEDS FIXADA COM ABRAÇADEIRA NYLON TIPO T18R E FIXADA EM POSTE COM ABRAÇADEIRAS T 150L.				
8	17485	BOAS FESTAS E FELIZ NATAL - 3D CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA ESCRITA EM CAIXA ALTA 3D EM FORMATO DE LETREIRO UM BOAS FESTAS E UM FELIZ NATAL COM APROXIMADAMENTE 1 50 MTS ALTURA X 5 00 MTS DE CUMPRIMENTO CONTORNOS COM ILUMINAÇÃO EM MANGUEIRA DE LED 12MM ESPESSURA PVC FLEXÍVEL TRANSPARENTE VOLTAGEM 220VPOTENCIA DE 2 8 WATTS POR METRO 24LED METROS SENDO QUE A CADA 5 LÂMPADA FIXA NA CORWARN 1 LÂMPADA PISCA NA COR BRANCA ENTRE 6000K E 6500K .	UND	2	R\$ 13.012,24	R\$ 26.024,48
9	17485	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE PORTAL LUXO COM UM LETREIRO 2026 (3,10M DE LARGURA X 0,50M DE PROFUNDIDADE X 4,00M DE ALTURA), LUMINOSO EM FORMA DE CAIXA DE PRESENTE COM ABERTURA PARA ENTRADA DE PEDESTRE, PRODUZIDO EM ESTRUTURA METÁLICA, EM TUBOS DE METALON 20X20 E 15X15 PAR 15, FERRO CHATO1/2 X 1/8, REFORÇO EM FERRO REDONDO LISO 1/4 E 3/16. TODO	UND	1	R\$ 19.957,07	R\$ 19.957,07

		CONTORNO RECEBE ARAME 4,2 MM PARA FIXAÇÃO DOS CORDÕES DE LED, PINTURA AUTOMOTIVA NA COR BRANCA. CONTORNO COM MANGUEIRA DE 36 LEDS POR METRO 13MM NA COR BRANCO FRIO. REVESTIMENTO INTERNO COM CORDÕES DE 100 LED FIOS DE 1,8 MM, NO MÍNIMO 100 LEDS POR CORDÃO, OS LEDS DEVERÃO CONTER ESTROBINHOS ESPAÇAMENTO ENTRE OS CORDÕES DE LED UTILIZADOS NA ORNAMENTAÇÃO DO ENFEITE NÃO DEVE SER SUPERIOR A 4CM. O LAÇO DEVERÁ SER PREENCHIDO COM CORDÃO DE LED COM ESTROBINHO NA COR VERMELHO. TODA INSTALAÇÃO ELÉTRICA DEVE SER REALIZADA DE ACORDO COM A NBR 5410, UTILIZANDO CABO PP EMBUTIDO ATÉ PONTO DE ALIMENTAÇÃO NA REDE				
10	17485	CORDÃO (PISCAS) DE MICRO LÂMPADAS FIXA, FIO VERDE, COM 500LEDS, 8 FUNÇÕES DE LED, LUZ COLORIDA, VOLTAGEM DE 127V OU 220V , POTÊNCIA DE 2.3 W, COMPRIMENTO DE 9,5 METROS E CONECTORMACHO. O PRODUTO É RESISTENTE À ÁGUA	UND	300	R\$ 65,89	R\$ 19.767,00
11	17485	BENGALA PARA PENDURAR ENFEITE APLICAÇÃO: ARTESANATO, COR: CREME, MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: 8, TIPO: PÉROLA BENGALA PARA PENDURAR, ENFEITE NATALINO, MEDIDA MINIMA DE 40 CM, COM LISTRAS CLÁSSICAS EM VERMELHO E BRANCO.	UND	100	R\$ 50,24	R\$ 5.024,00
12	17485	BENGALAS PEQUENAS “ENFEITE NATALINO” – FABRICADAS EM FIBRA DE VIDRO SIMULANDO UMA BENGALA DE PAPAI NOEL. MEDINDO 2M ALTURA	UND	10	R\$ 313,63	R\$ 3.136,30
13	17485	ÁRVORE DE NATAL LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE FESTÃO VERDE	UND	25	R\$ 124,67	R\$ 3.116,75

		ARAMADO, BOLAS, PISCA PISCA E ENFEITES, MEDINDO 270 CM DE COMPRIMENTO E 30 CM DE LARGURA, COMPOSTO POR PLÁSTICO E METAL.				
14	17485	ARVORE DE NATAL : SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ENFEITES NATALINOS DO TIPO ARVORE DE NATAL COM ESTRUTURA PRINCIPAL FEITA DE TUBOS METÁLICOS COM 06 METROS DE ALTURA, COM ESTRELA TRIDIMENSIONAL COM 02 METROS DE ALTURA, TOTALIZANDO 08 METROS DE ALTURA; ESTRUTURA EXTERNA FEITA COM TUBOS METÁLICOS, COM FIXAÇÃO DE ADEREÇOS COM DESENHOS VARIADOS, COMO ARABESCOS E FIGURAS NATALINAS CONTORNADAS POR MANGUEIRAS E CORDÕES DE LED EM TODO SEU ENTORNO; INCLUSIVE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS, INSTALAÇÃO ELÉTRICA ATÉ O PONTO DE ENERGIA INDICADO PELO CONTRATANTE, FUNCIONAMENTO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE TODO O EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS.	UND	2	R\$ 14.423,80	R\$ 28.847,60
15	17485	MANGUEIRA LED LUMINOSA 13MM COM 36 LEDS/M 220V - ROLO DE 100 METROS. CORDA /MANGUEIRA LUMINOSA EM LEDS, 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO. LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA: 4,8 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS. TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO COM 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE ALIMENTAÇÃO, 5 EMENDAS (CONECTORES DE INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. IP-44. (BRANCO QUENTE /BRANCO FRIO /AZUL/VERDE/ VERMELHO)	UND DE ROLO DE COM 100 M	40	R\$ 812,81	R\$ 32.512,40
16	17485	LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE DECORAÇÃO	UND	1	R\$ 14.045,48	R\$ 14.045,48

		NATALINA EM FORMA TÚNEL DE LED, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5,00X2,5MT, CONFECCIONADO COM ARCOS DE FERRO REVESTIDOS COM MANGUEIRA NEON (COR A DEFINIR)				
17	17485	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DECORATIVA ILUMINADA - TREM NATALINO COM 2 VAGÕES, APROXIMADAMENTE 1,10M DE ALTURA X 3,15M DE LARGURA. COMPREENDE: ESTRUTURA DECORATIVA EM FORMATO DE TREM NATALINO COMPOSTO POR 3 PEÇAS(LOCOMOTIVA + 2 VAGÕES), COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,10M(ALTURA) X 3,15M (LARGURA TOTAL); FABRICAÇÃO EM MATERIAL PLÁSTICO DE USO EXTERNO (EX.: POLIPROPILENO ALVEOLAR OUEQUIVALENTE), ESPESSURA MÍNIMA DE 8MM, COR BRANCA, COM ARTECOLORIDA APLICADA CONFORME O DESENHO; ESTRUTURA FECHADA (CONTORNADA) EM AMBAS AS FACES, COM ILUMINAÇÃO E ARTEREPRODUZIDAS NA FRENTE E NO VERSO; ESTRUTURA METÁLICA INTERNAPARA SUSTENTAÇÃO E FIXAÇÃO AO SOLO, ADEQUADA PARA USO EMAMBIENTES EXTERNOS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO POR, NOMÍNIMO, 1.750 PIXELS DIGITAIS DE LED, TENSÃO 5V, DIÂMETRO APROXIMADO DE 12MM, PROTEÇÃO IP68, CORES RGB, CONTROLADOSINDIVIDUALMENTE (ENDEREÇÁVEIS), DISTRIBUÍDOS NO CONTORNO DO ENFEITE; SISTEMA DE CONTROLE E FONTE DE ALIMENTAÇÃO 5V DIMENSIONADOS PARA OPERAÇÃO DOS PIXELS, POSSIBILITANDO AREPRODUÇÃO DE SONS.	UND	2	R\$ 9.528,91	R\$ 19.057,82
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 259.103,54

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 643.633,31

A estimativa do valor da contratação foi definida com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado, incluindo contratações similares, atas de registro de preços, orçamentos de fornecedores e histórico do próprio Município, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução completa dos serviços, como fornecimento de materiais, mão de obra, montagem, manutenção, desmontagem, logística, encargos e demais despesas.

Foi adotado como referência o valor médio de mercado, após análise crítica dos dados coletados, garantindo compatibilidade com os preços praticados e evitando valores inexequíveis ou elevados.

Assim, o valor estimado mostra-se adequado, suficiente e compatível com a realidade de mercado, assegurando a viabilidade da contratação e o atendimento ao interesse público, em observância aos princípios da economicidade e eficiência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Administração Pública deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade e obter a proposta mais vantajosa, desde que não haja prejuízo à economia de escala, à eficiência e à qualidade da execução contratual.

No presente caso, a solução adotada prevê o parcelamento do objeto em grupo de itens, considerando a natureza dos serviços de ornamentação temática junina e natalina, os quais envolvem atividades interdependentes, porém passíveis de organização em blocos funcionais.

A divisão em grupos foi estruturada de modo a reunir itens tecnicamente correlatos e operacionalmente integrados, tais como:

- **Grupo 01 – Ornamentação Junina:** compreendendo fornecimento de materiais, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas decorativas alusivas ao período de São João;
- **Grupo 02 – Ornamentação Natalina:** abrangendo fornecimento de materiais, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas decorativas relativas às festividades de Natal.

A adoção do parcelamento em grupos se justifica pelos seguintes aspectos:

- **Viabilidade técnica:** cada grupo reúne serviços que possuem identidade temática, cronograma próprio e execução independente, sem prejuízo da qualidade ou da padronização interna;
- **Ampliação da competitividade:** possibilita a participação de empresas que atuam especificamente em determinado segmento (junino ou natalino), ampliando a disputa;
- **Manutenção da eficiência operacional:** dentro de cada grupo, a execução permanece integrada, evitando fragmentação excessiva e garantindo responsabilidade única por etapa;
- **Racionalização da gestão contratual:** reduz a complexidade administrativa quando comparado ao parcelamento em itens isolados, mantendo controle eficiente por grupos;
- **Possibilidade de economicidade:** favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, sem perda de escala relevante.

Ressalta-se que o parcelamento em itens individualizados não se mostra adequado, pois comprometeria a execução integrada dos serviços, aumentaria os riscos operacionais e dificultaria a fiscalização contratual.

Dessa forma, conclui-se que o **parcelamento** em grupo de itens representa a solução mais equilibrada, pois concilia a ampliação da competitividade com a eficiência da execução, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a plena execução dos serviços de ornamentação temática alusiva às festividades de São João e , identificam-se possíveis contratações correlatas e/ou interdependentes, as quais podem impactar direta ou indiretamente o resultado pretendido pela Administração.

Dentre as contratações correlatas, destacam-se:

- **Serviços de iluminação pública:** necessários para garantir o adequado funcionamento das estruturas luminosas e segurança dos espaços ornamentados;
- **Serviços de montagem de palco, sonorização e estrutura para eventos:** especialmente no período junino, quando há realização de apresentações culturais e artísticas;
- **Contratação de artistas e bandas:** vinculadas à programação festiva, que demandam infraestrutura compatível com a ambientação decorativa;
- **Serviços de segurança e apoio logístico:** para organização dos espaços públicos durante os eventos;
- **Serviços de limpeza urbana:** essenciais para manutenção da organização e conservação dos locais ornamentados;
- **Fornecimento de energia elétrica (inclusive ligações provisórias):** indispensável para funcionamento das estruturas decorativas, principalmente as iluminadas.

No que se refere às contratações interdependentes, ressalta-se que a execução da ornamentação está diretamente relacionada ao cronograma das festividades e à disponibilização prévia de infraestrutura básica, como energia elétrica e liberação dos espaços públicos, sendo fundamental o alinhamento entre os diversos setores da Administração.

Destaca-se, ainda, que tais contratações podem ocorrer de forma independente, não havendo obrigatoriedade de realização conjunta, porém devem ser planejadas de maneira integrada, a fim de garantir eficiência, evitar sobreposição de esforços e assegurar o pleno atendimento ao interesse público.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Administração Municipal, estando compatível com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), no que se refere à promoção de ações culturais, valorização das tradições locais e incentivo ao desenvolvimento social e econômico do Município.

A realização das festividades de São João e Natal integra o calendário oficial de eventos municipais, constituindo-se em importante instrumento de fomento à cultura, ao turismo e à economia local, promovendo a participação comunitária e o fortalecimento das tradições, especialmente no contexto das manifestações culturais nordestinas.

A contratação dos serviços de ornamentação temática está prevista no planejamento anual das secretarias envolvidas, em especial aquelas responsáveis pela cultura, turismo e administração, garantindo a adequada preparação dos espaços públicos para a realização dos eventos.

Ademais, a contratação está devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) que esta em elaboração, assegurando a compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro do Município, bem como o atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida está plenamente alinhada com o planejamento institucional, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Administração Pública e para a adequada prestação de serviços à população.

12. Matriz de Riscos

MATRIZ DE RISCOS				
RISCO 01:				
Fase de ocorrência do risco				
() Planejamento da Contratação				
(x) Seleção do Fornecedor				
() Gestão contratual				
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática, incluindo fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas decorativas alusivas às festividades de São João e Natal, a serem realizadas em vias públicas, praças, prédios institucionais e demais espaços definidos pela Administração Municipal de Salinas da Margarida.				
Risco	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas
Atraso na montagem da ornamentação	Média	Alto	Definição de cronograma detalhado e fiscalização contínua	Aplicação de sanções e readequação do cronograma
Falhas nas estruturas ou iluminação	Média	Alto	Exigência de materiais de qualidade e testes prévios	Manutenção corretiva imediata e substituição de itens
Acidentes durante a execução (trabalho em altura)	Baixa	Alto	Exigência de cumprimento das normas NR-10 e NR-35 e uso de EPIs	Suspensão das atividades e adoção de medidas de segurança
Danos ao patrimônio público	Baixa	Médio	Planejamento técnico e supervisão da instalação	Reparação dos danos pela contratada
Interrupção no fornecimento de energia	Baixa	Médio	Verificação prévia da rede elétrica e suporte técnico	Adoção de soluções alternativas e acionamento da concessionária
Inexecução total ou parcial do contrato	Baixa	Alto	Seleção criteriosa da empresa e cláusulas contratuais rigorosas	Aplicação de penalidades e eventual rescisão contratual

Condições climáticas adversas (chuvas, ventos)	Média	Médio	Planejamento do cronograma com margem de segurança	Reprogramação das atividades
Geração excessiva de resíduos	Baixa	Baixo	Utilização de materiais reutilizáveis	Destinação adequada dos resíduos

O acompanhamento dos riscos será realizado pela equipe de fiscalização do contrato, que deverá:

- Monitorar continuamente a execução dos serviços;
- Registrar ocorrências e não conformidades;
- Adotar medidas tempestivas para mitigação dos riscos;
- Garantir o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada.

Id	Danos	
	<p>A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à Administração Pública, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes da execução dos serviços de ornamentação temática, inclusive durante as fases de transporte, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas.</p> <p>Consideram-se, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Danos ao patrimônio público (praças, vias, prédios, mobiliário urbano); • Danos a redes elétricas e equipamentos públicos; • Danos materiais a terceiros; • Acidentes envolvendo pedestres, veículos ou colaboradores; • Danos ambientais decorrentes de descarte inadequado de materiais. <p>A contratada deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os danos causados no prazo estabelecido pela Administração; • Adotar todas as medidas de segurança necessárias, visando prevenir acidentes e prejuízos; • Responsabilizar-se por seus empregados, prepostos e equipamentos utilizados na execução dos serviços; • Manter, durante toda a execução contratual, condições adequadas de segurança e conservação das estruturas instaladas. <p>Caso a contratada não promova a reparação dos danos no prazo fixado, a Administração poderá fazê-lo diretamente, com o devido ressarcimento dos custos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.</p> <p>A responsabilidade da contratada não será reduzida ou excluída em razão da fiscalização exercida pela Administração.</p>	
Id	Ação Preventiva	Responsável

1.	AGILIDADE NA CONTRATAÇÃO ATRAVES DE PROCESSO LICITATORIO	ALINE NEVES CERQUEIRA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática nas festividades de São João e Natal proporcionará diversos benefícios à Administração Pública e à coletividade, destacando-se:

- **Valorização cultural:** fortalecimento das tradições locais, especialmente das manifestações culturais nordestinas relacionadas ao São João e dos símbolos natalinos, promovendo a identidade cultural do Município;
- **Fomento ao turismo e à economia local:** atração de visitantes e incremento na movimentação do comércio local, beneficiando diretamente pequenos empreendedores, ambulantes e o setor de serviços;
- **Melhoria da qualidade dos eventos públicos:** ambientação adequada dos espaços, tornando-os mais atrativos, organizados e acolhedores para a população;
- **Promoção do bem-estar social:** incentivo à convivência comunitária, ao lazer e à participação popular em eventos culturais gratuitos;
- **Eficiência administrativa:** execução dos serviços por empresa especializada, garantindo maior qualidade, segurança, cumprimento de prazos e redução de falhas operacionais;
- **Padronização e estética urbana:** organização visual dos espaços públicos, contribuindo para a melhoria da imagem institucional do Município;
- **Otimização de recursos públicos:** adoção de solução integrada que reduz retrabalho, desperdícios e custos indiretos com manutenção e logística;
- **Segurança na execução dos serviços:** utilização de materiais adequados e instalação realizada por profissionais capacitados, minimizando riscos à população e ao patrimônio público.

Dessa forma, a contratação contribui diretamente para o atendimento do interesse público, promovendo benefícios sociais, culturais e econômicos, além de reforçar a eficiência na gestão municipal.

14. Providências a serem Adotadas

Para garantir a adequada execução da contratação dos serviços de ornamentação temática alusiva às festividades de São João e Natal, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

- **Elaboração do Termo de Referência (TR):** com definição clara do objeto, especificações técnicas, quantitativos estimados, prazos e critérios de execução;
- **Realização de pesquisa de preços:** a fim de estimar o valor da contratação, observando os parâmetros estabelecidos na legislação vigente;
- **Previsão orçamentária:** assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação;
- **Definição da equipe de fiscalização e gestão contratual:** designação de servidores responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços;
- **Planejamento logístico e definição dos locais de instalação:** identificação prévia das áreas públicas a serem ornamentadas, considerando aspectos técnicos e de segurança;
- **Articulação entre as secretarias envolvidas:** especialmente Cultura, Administração, Infraestrutura e Serviços Públicos, para alinhamento das ações e cronogramas;
- **Verificação da infraestrutura elétrica disponível:** incluindo necessidade de pontos de energia, ligações provisórias e suporte técnico para funcionamento das estruturas;

- **Obtenção de autorizações necessárias:** quando aplicável, junto a órgãos competentes para utilização de espaços públicos e instalação de estruturas;
- **Definição do cronograma de execução:** compatível com o calendário das festividades, garantindo a instalação e funcionamento das ornamentações em tempo hábil;
- **Adoção de medidas de sustentabilidade:** priorizando materiais reutilizáveis, iluminação em LED e práticas que minimizem impactos ambientais.

Dessa forma, as providências elencadas são essenciais para assegurar que a contratação ocorra de forma planejada, eficiente e em conformidade com a legislação vigente, contribuindo para o sucesso da execução contratual.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços de ornamentação temática para as festividades de Natal e São João pode gerar alguns impactos ambientais, ainda que de baixa magnitude, os quais devem ser considerados e mitigados pela Administração e pela empresa contratada.

Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos: provenientes de embalagens, materiais decorativos descartáveis e eventuais substituições durante a execução dos serviços;
- Consumo de energia elétrica: especialmente em razão da utilização de iluminação decorativa, podendo acarretar aumento no consumo energético durante o período festivo;
- Poluição visual temporária: caso haja excesso ou inadequação na disposição dos elementos decorativos;
- Ruídos e interferências urbanas: decorrentes das atividades de montagem e desmontagem das estruturas;
- Descarte inadequado de materiais: risco de impactos ambientais caso não haja destinação correta dos resíduos ao final dos eventos;
- Uso de materiais não sustentáveis: como plásticos de uso único ou itens de baixa durabilidade.

14.1 MEDIDAS MITIGADORAS

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

1. Priorizar o uso de iluminação em LED, de baixo consumo energético;
2. Utilizar materiais reutilizáveis e de maior durabilidade, reduzindo a geração de resíduos;
3. Promover o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados, conforme a legislação vigente;
4. Evitar o uso de materiais poluentes ou de difícil decomposição;
5. Planejar a ornamentação de forma equilibrada, evitando excessos e poluição visual;
6. Estabelecer rotinas de manutenção preventiva, reduzindo desperdícios;
7. Incentivar práticas sustentáveis por parte da empresa contratada, podendo inclusive constar como exigência contratual.

Dessa forma, embora existam impactos ambientais potenciais, estes são considerados controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à contratação, desde que observadas as medidas propostas, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática para as festividades de São João e Natal fundamenta-se em análises técnicas, operacionais, orçamentárias e de mercado realizadas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar.

Sob o aspecto técnico, verifica-se que a solução escolhida contratação integrada dos serviços (fornecimento, instalação, manutenção e desmontagem) é adequada para atender às necessidades da Administração, garantindo padronização, qualidade estética e segurança na execução, além de reduzir riscos operacionais.

No que se refere ao aspecto operacional, constatou-se que o Município não dispõe de estrutura própria suficiente (equipamentos, materiais e mão de obra especializada) para execução direta dos serviços, o que torna a contratação de terceiros a alternativa mais eficiente e viável.

Quanto ao aspecto econômico, a solução adotada apresenta melhor relação custo-benefício, considerando a redução de custos indiretos com logística, armazenamento, manutenção e reposição de materiais, bem como a mitigação de falhas que poderiam gerar retrabalho e despesas adicionais.

Em relação ao mercado, foi identificado número suficiente de empresas especializadas aptas a executar o objeto, assegurando competitividade no certame e viabilidade de contratação.

No tocante ao aspecto orçamentário, há previsão de recursos compatíveis com a despesa estimada, garantindo a sustentabilidade financeira da contratação.

Por fim, os impactos ambientais associados são considerados de baixa relevância e passíveis de mitigação mediante a adoção de práticas sustentáveis, não configurando impedimento à execução do objeto.

Dessa forma, resta devidamente comprovada a viabilidade da contratação, sendo recomendável o prosseguimento do processo administrativo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMANTA SOUZA DE JESUS

Presidente da Comissão de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XX/202X

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº **XX/2026**

O **MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA/BA**, com sede na praça Tenente Albuquerque, s/nº, Centro, Salinas da Margarida/BA, CEP 44.450-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.743.281/0001-14, neste ato representado(a) pela **Prefeita Sra. Maria de Fatima Pepe Cerqueira**, portadora da Cédula de Identidade n. 01.163.892-30 – SSP/BA, portadora do CPF n. 196.910.765-00, conjuntamente com a Secretária Municipal de XXXXX Sr.ª XXXX através do FUNDO MUNICIPAL XXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede administrativa na Praça Tenente Albuquerque, s/n, Centro, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/202X**, publicado no XXXX do dia XX/XX/202X, Processo Administrativo n.º XX/202X, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), no Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros), no Decreto Municipal nº 656, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de [objeto], especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
Item do TR	CATMAT/ CATSER	Especificação	Marca / Modelo (se exigida no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços (caso exista) consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) A Secretaria Municipal de Administração.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao



limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante



decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Salinas da Margarida/BA, XX de XX de 202X.

MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA

Sr.^a Maria De Fatima Pepe Cerqueira

Prefeita

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE XXXX

Sr(a). XXX

Secretário(a) de XXX

NOME DA EMPRESA – CNPJ: xxxx

Responsável Legal: XXXXXX, CPF: xxxx

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA**

(Processo Administrativo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

O MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.743.281/0001-14, pessoa jurídica de direito interno, com sede administrativa na praça Tenente Albuquerque, s/nº - Centro – Salinas da Margarida (BA), CEP 44.450-000, pela Prefeita Sra. Maria de Fatima Pepe Cerqueira, portadora da Cédula de Identidade nº 01.163.892-30 – SSP-BA, portador do CPF (MF) nº 196.910.765-00, conjuntamente com a Secretária Municipal de XXXXX **Sr.ª XXXXXX** através do **FUNDO MUNICIPAL DE XXXXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede administrativa na XXXXXX, s/n – Centro – neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxxx/xxxx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.



8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo **de 30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação



específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) conforme Termo de Referência.*
- 9.36. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância conforme do Termo de Referência (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*
- 9.37. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*
- 9.38. *Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.*
- 9.38.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de*



todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Salinas da Margarida, Comarca de Nazaré para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. **XX/202X**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº **XX/2026**

O **MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA/BA**, com sede na praça Tenente Albuquerque, s/nº, Centro, Salinas da Margarida/BA, CEP 44.450-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.743.281/0001-14, neste ato representado(a) pela **Prefeita Sra. Maria de Fatima Pepe Cerqueira**, portadora da Cédula de Identidade n. 01.163.892-30 – SSP/BA, portadora do CPF n. 196.910.765-00, conjuntamente com a Secretária Municipal de XXXXX Sr.^a XXXX através do FUNDO MUNICIPAL XXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede administrativa na Praça Tenente Albuquerque, s/n, Centro, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/202X**, publicado no XXXX do dia XX/XX/202X, Processo Administrativo n.º XX/202X, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), no Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros), no Decreto Municipal nº 656, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **[objeto]**, especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
Item do TR	CATMAT/ CATSER	Especificação	Marca / Modelo (se exigida no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços (caso exista) consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) A Secretaria Municipal de Administração.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao



limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante



decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Salinas da Margarida/BA, XX de XX de 202X.

MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA

Sr.^a Maria De Fatima Pepe Cerqueira

Prefeita

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE XXXX

Sr(a). XXX

Secretário(a) de XXX

NOME DA EMPRESA – CNPJ: xxxx

Responsável Legal: XXXXXX, CPF: xxxx

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO:		

PROPOSTA DE PREÇOS

ITE M	CAT/MA T	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDAD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					R\$	R\$
		VALOR TOTAL				R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA¹:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021, do Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 e às cláusulas e condições constantes do Edital da Dispensa de Licitação nº 0XX/2026/NLL

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, _____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

¹ Soma de todos os Itens para os quais participa a Proponente



GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO 01:

Fase de ocorrência do risco

- () Planejamento da Contratação
- (x) Seleção do Fornecedor
- () Gestão contratual

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação temática, incluindo fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas decorativas alusivas às festividades de São João e Natal, a serem realizadas em vias públicas, praças, prédios institucionais e demais espaços definidos pela Administração Municipal de Salinas da Margarida.

Risco	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas
Atraso na montagem da ornamentação	Média	Alto	Definição de cronograma detalhado e fiscalização contínua	Aplicação de sanções e readequação do cronograma
Falhas nas estruturas ou iluminação	Média	Alto	Exigência de materiais de qualidade e testes prévios	Manutenção corretiva imediata e substituição de itens
Acidentes durante a execução (trabalho em altura)	Baixa	Alto	Exigência de cumprimento das normas NR-10 e NR-35 e uso de EPIs	Suspensão das atividades e adoção de medidas de segurança
Danos ao patrimônio público	Baixa	Médio	Planejamento técnico e supervisão da instalação	Reparação dos danos pela contratada
Interrupção no fornecimento de energia	Baixa	Médio	Verificação prévia da rede elétrica e suporte técnico	Adoção de soluções alternativas e acionamento da concessionária
Inexecução total ou parcial do contrato	Baixa	Alto	Seleção criteriosa da empresa e cláusulas contratuais rigorosas	Aplicação de penalidades e eventual rescisão contratual
Condições climáticas adversas (chuvas, ventos)	Média	Médio	Planejamento do cronograma com margem de segurança	Reprogramação das atividades
Geração excessiva de resíduos	Baixa	Baixo	Utilização de materiais reutilizáveis	Destinação adequada dos resíduos

O acompanhamento dos riscos será realizado pela equipe de fiscalização do contrato, que deverá:

- Monitorar continuamente a execução dos serviços;
- Registrar ocorrências e não conformidades;
- Adotar medidas tempestivas para mitigação dos riscos;
- Garantir o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada.

Id

Danos

A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à Administração Pública, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes da



	<p>execução dos serviços de ornamentação temática, inclusive durante as fases de transporte, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas.</p> <p>Consideram-se, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Danos ao patrimônio público (praças, vias, prédios, mobiliário urbano);• Danos a redes elétricas e equipamentos públicos;• Danos materiais a terceiros;• Acidentes envolvendo pedestres, veículos ou colaboradores;• Danos ambientais decorrentes de descarte inadequado de materiais. <p>A contratada deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os danos causados no prazo estabelecido pela Administração;• Adotar todas as medidas de segurança necessárias, visando prevenir acidentes e prejuízos;• Responsabilizar-se por seus empregados, prepostos e equipamentos utilizados na execução dos serviços;• Manter, durante toda a execução contratual, condições adequadas de segurança e conservação das estruturas instaladas. <p>Caso a contratada não promova a reparação dos danos no prazo fixado, a Administração poderá fazê-lo diretamente, com o devido ressarcimento dos custos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.</p> <p>A responsabilidade da contratada não será reduzida ou excluída em razão da fiscalização exercida pela Administração.</p>	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	AGILIDADE NA CONTRATAÇÃO ATRAVES DE PROCESSO LICITATORIO	ALINE NEVES CERQUEIRA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Salinas da Margarida, 10 de abril de 2026

SAMANTA SOUZA DE JESUS
Presidente da Equipe de Planejamento
Portaria Municipal n.º 005/2026